

LEI Nº 423 DE 20 DE ABRIL DE 1991

SOMENTE COM O SELO DE
FISCALIZAÇÃO
CIDADE E FISCALIZAÇÃO

Ementa - Institui o Fundo Municipal
de Saúde e dá outras provi-
dências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POMBOS,

Faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono
a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde, que terá por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:

I - o atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II - a vigilância sanitária;

III - a vigilância epidemiológica e ações de aterroso individual e coletivo correspondentes;

IV - o controle e a fiscalização das ações de ambiente de trabalho, em consonância com as organizações das esferas federal e estadual.

CAPÍTULO II

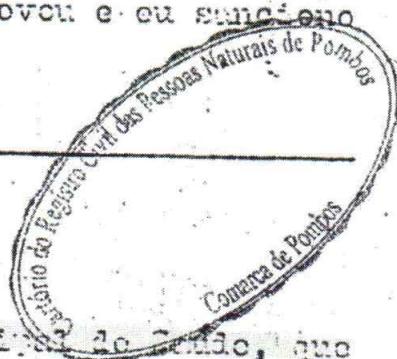
DA INSTITUIÇÃO DO FUNDO

SEÇÃO I

DA SUBSCRIÇÃO DO FUNDO

Art. 2º - O Fundo Municipal de Saúde ficará sob
direção da Secretaria Municipal de Saúde.

(Continua)



CARTEIRA DO REGISTRO CIVIL E TABELLONATO DA COMARCA DE POMBOS/PE	
ELITE IMPRESSÃO SISTEMAS DIGITAL	IMPRESSÃO VERSÃO DIGITAL
DATA: 19/04/2018	DATA: 19/04/2018
PROFISSÃO: Profissional de Informática	PROFISSÃO: Profissional de Informática
Prestador de serviços: Dr. Jairton Santos da Costa (Jairton)	
Faz testemunha: Dr. Jairton Santos da Costa (Jairton)	
Endereço: Rua Presidente Tancreto, nº 100, Centro, Pombos, PE, 56201-000	

Valor total R\$ 4,00
Válido somente com o selo 004036, bônus 201801.0009.
Consulte autenticidade em www.jus.br/sefodigital.

Valor total R\$ 4,00
Valor sujeito ao imposto de R\$ 0,80
Consulte a autenticidade no site: www.pmb.senado.gov.br

VALIDO SOMENTE COM AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

I - gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

II - acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III - submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

V - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;

VII - assinar cheques com o responsável pela Tesouraria, quando for o caso;

VIII - orlizar empenhos e pagamentos das despesas do Fun-

do, fixar convênios e contratos, inclusive de empresas e com o Prefeito, referentes a recursos que serão do Fundo.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO DO FUNDO.

4º - São atribuições do Coordenador do Fundo:
Preparar as demonstrações mensais da receita e despesas do Fundo no Secretário Municipal de Saúde;

(Continua)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARANÁ
Certifico que a presente é o original do documento. Dou fé
(Continuação) do original

Pombos,

11 de setembro de 2010

10

2010

II - manter os controles necessários e efectuar o orçamento do Fundo, referentes a encargos, liquidação e pagamento das despesas e dos recebimentos das receitas do Fundo;

III - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com cargo ao Fundo;

IV - encaminhar à contabilidade geral do Município:

a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
b) trimestralmente, os inventários de estoques, instrumentos e de instrumentos médicos;

c) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo;

V - firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Secretário Municipal de Saúde;

VII - providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII - apresentar, ao Secretário Municipal de Saúde, a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal detectada nas demonstrações mencionadas;

- manter os controles necessários sobre convênios ou restrição de serviços pelo setor privado e dos empregados da saúde;

- encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, o acompanhamento e avaliação da produção de serviços pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

- manter o controle e a avaliação da produção das unidades da rede municipal de saúde;

(Continua)

Valor total R\$ 4,00
Orçamento, 2010, Pombos, 14 de maio de 2010.

Legislação autenticidade em www.judicial.pra.br

Jefy

XII - encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatório sobre o acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal de saúde.

SEÇÃO IV

DOIS RECURSOS DO FUNDO

SUBSEÇÃO I DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º São receitas do Fundo:

I - as transferências oriundas do orçamento da Seguridade Social, como decorrência do que dispõe o art. 30, VII, da Constituição da República;

II - os rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

III - o produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

IV - o produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas da arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V - as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços - outras transferências que o Município tem direito de força de lei e de convênios no setor;

- doações em espécie feitas diretamente para este Muni-

- As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta especial a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito;

- A aplicação dos recursos de natureza financeira de

da existência de disponibilidade em função do cumprimento;

(Continua)

Avenida Joaquim Falcão 109 - Fone: 523-2551 - Pombos - Pernambuco



POMBOS

PREFEITURA MUNICIPAL

(Continuação)

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

- de prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde

SUBSEÇÃO II

DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 6º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I - disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do município;

IV - bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de saúde;

V - bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município.

Parágrafo Único - Anualmente, se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

SUBSEÇÃO III

DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 7º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde

as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a manutenção e o funcionamento do sistema municipal

SEÇÃO V

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SUBSEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 8º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará e o programado trabalho governamental, observa o plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os a universalidade e o equilíbrio.

(Continua)

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

SUBSEÇÃO II DA CONTABILIDADE

Art. 9º - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde terá por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e operacional do sistema municipal de saúde, observados os Padrões e normas estabelecidos pela legislação pertinente.

Art. 10 - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, acompanhante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11 - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entendo-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa no Fundo Municipal de Saúde e de outras exigidas pela Administração e pela legislação.

- As demonstrações e os relatórios produzidos passam a contabilidade geral do Município.

SEÇÃO VII DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SUBSEÇÃO I

DA DESPESA

(Continua)

J. L. P.
Avenida Joaquim Falcao 109 - Fone: 523-2551 - Pombos - Pernambuco



Testemunha: Edilson Botelho
da Verdade.
M.º de Jacqueline Santana Batista (Assinatura)

Local: Pombos
Data: 12 de Março de 2005
Assunto: Autenticidade em Acto Civil

Total R\$ 4,00

Assinado, João Teles,
no dia 12 de Março de 2005.

Assinado, João Teles,
no dia 12 de Março de 2005.

Assinado, João Teles,
no dia 12 de Março de 2005.

Art. 12 - Immediatamente, após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executores do sistema municipal de saúde.

Parágrafo Único - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.

Art. 13 - Nenhuma despesa será autorizada sem a prévia autorização orçamentária.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto Executivo.

Art. 14 - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I - financiamentos totais ou parciais de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria ou com ela conveniados;

II - pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da

III - uso da utilização de créditos.

I - pagamento pela prestação de serviços a entidades de ado para execução de programas ou projetos específicos de, observando o disposto no § 1º, art. 199, da Constitu

I - aquisição de material permanente e de consumo e de nos necessários ao desenvolvimento dos programas;

- construção, reforma, ampliação, aquisição ou locais para adequação da rede física de prestação de serviços

II - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos planejamento, administração e controle das ações de sa

(Continua) na página



(Continuação)

VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII - abordamento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º da presente Lei.

SUBSEÇÃO II
DAS RECEITAS

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

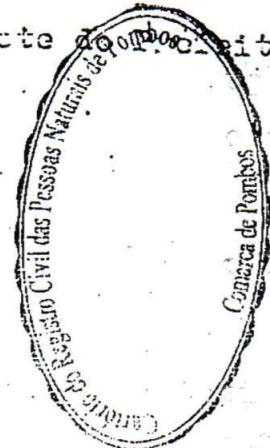
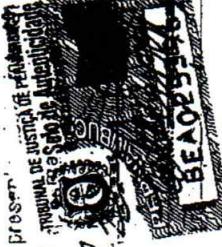
Art. 15 - a execução orçamentária das receitas se processará através de obtenção do seu produto nas fontes determinadas nessa Lei.

Art. 16 - O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUBSEÇÃO III

Gabinete do Prefeito, em 20 de abril de 1991



Eugenio Lucílio de Melo
Prefeito Municipal de Pombos - Pernambuco

CARTÓRIO DO RÉGISTRO CIVIL E TABELONATO DA COMARCA DE POMBOS-PE

Autentico a presente cópia reprodutiva extraida nesta serventia, que confere com o original. Lou fê. 2018, em 20 de Março de 2018.
Pombos, 17 de março de 2018.

Em testemunha: *Eleyde Batista* da verdade.
Eleyde Jacqueline Santana Batista (tabelião)

Valor total R\$ 4,00
Válido somente com o selo *WY/4336.WYB0201801.09732*.
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.